



## **Ata da Reunião do Grupo Executivo do Comitê Interministerial para Governo Aberto**

**Local:** Sala 618, Edifício SIDERBRAS

**Data:** 28 de julho de 2015

**Horário:** 9:30h às 11h

### **Membros do Grupo Executivo do CIGA:**

- Carlos Higino Alencar, Secretário-Executivo da Controladoria-Geral da União (CGU);
- Pedro Vieira Veiga, Ministério das Relações Exteriores;
- Rodrigo Fontenelle Miranda, Ministério da Fazenda;
- Cristiano Heckert, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Andrea Ricciardi, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão;
- Letícia Petrarca, Secretaria-Geral da Presidência da República;
- Helena Moura, Ministério da Justiça;
- Tatiana W. de Moura, Casa Civil da Presidência da República.

**Demais presentes:**

- Patrícia Audi, Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da Controladoria-Geral da União (CGU);
- Cláudia Taya, Diretora de Prevenção da Corrupção (CGU);
- Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência (CGU);
- Roberta Solis, Assessora para Assuntos Internacionais (CGU);
- Camila Augusto, Analista de Finanças e Controle (CGU);
- Felipe Freire, Analista de Finanças e Controle (CGU);
- Pepe Tonin, Analista de Finanças e Controle (CGU);
- Thalita Ary, Analista de Políticas Sociais (CGU).

**DESENVOLVIMENTO DA REUNIÃO**

**Carlos Higinio, Secretário-Executivo da CGU:** ressaltou a importância da OGP, uma vez que se busca criar uma cultura de transparência, difundir práticas e mecanismos de governo aberto. Pontuou que a transparência vem modificando a cultura patrimonialista no Brasil, já que os servidores públicos podem ser cobrados pela sociedade. Traçou um histórico da legislação de transparência, da Lei de Acesso à Informação e destacou o Evento da OGP no Brasil, em 2012, com a presença da Hillary Clinton. Quanto à construção do 3º Plano de Ação da OGP, apontou como grande desafio continuar ampliando a inserção da participação da sociedade civil no processo de construção e monitoramento do plano. O Secretário colocou o Brasil como referência internacional e liderança dentro da OGP e afirmou que se tem avançado bastante no contexto da Parceria para Governo Aberto. Por fim, destacou que o Brasil busca ser referência nessa questão.

**Patrícia Audi, Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU:**

iniciou destacando que, para além da evolução em relação à transparência, há um longo caminho no estímulo à participação dos cidadãos. Descreveu que o desafio atual é incrementar a participação social na construção das políticas públicas, já que o conceito de governo aberto é mais amplo que discussões sobre dados abertos e transparência. A Secretária pontuou que várias iniciativas foram implementadas neste ano, como a Estratégia de Governança Digital. Atualmente está sendo lançado o Dialoga.br e já existe o Participa.br. Ademais, o Brasil se encontra bem mais preparado para a construção do 3º Plano de Governo Aberto, pois adquiriu experiência no contexto dos planos anteriores. Relembrou que a primeira discussão sobre acesso à informação ocorreu em 1776, na Suécia, num período em que ainda não éramos República. É interessante observar que atualmente, em alguns aspectos, o Brasil é mais evoluído nessa área até mesmo que a Suécia, o que demonstra como se tem evoluído rapidamente. Ponderou que houve grande aprendizado da sociedade com relação ao que se pode realizar, demonstrando, assim, a grande importância da sociedade civil nessa iniciativa. Afirmou que não se pode falar de um Plano Nacional de Governo Aberto sem prever a participação da sociedade.

A Secretária destacou que no momento atual a Parceria envolve 66 países, além de instituições como BID, Banco Mundial, OCDE, que vêm promovendo essa iniciativa. Indagou de que forma, por meio do GT, pode ser garantida a participação qualificada da sociedade civil para atuar com governo aberto, assim como quais compromissos assumidos pelo Brasil, dos 52 constantes no 2º Plano, efetivamente contribuíram para uma política de Governo Aberto. Ou se havia o interesse de instituições em garantir que algumas de suas iniciativas fossem inseridas em uma política de governo aberto. Dessa forma, há o desafio de criar uma estratégia que promova uma política de Governo Aberto com menos compromissos, porém condizente com nossa capacidade de atuação como Governo Federal e que permita a participação da sociedade civil. Ressaltou a urgência na criação do GT e na consolidação da participação da sociedade civil no processo, uma vez que o 3º Plano de Ação deve estar concluído até junho de 2016.

A Secretária abriu rodada para manifestação dos participantes.

**Pedro Veiga, Ministério das Relações Exteriores:** afirmou que o Brasil está na vanguarda desses assuntos e que exemplos excelentes vêm sendo implementados. O

trabalho desenvolvido pelo Brasil no plano interno tem sido levado ao plano internacional e essa discussão interna fomenta a participação externa do país.

**Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da CGU:** destacou que o GE, neste momento, irá focar no processo interno, porém eventos internacionais sempre ocorrem não somente da OGP, mas também de temas correlatos. É interessante para conhecer as experiências de outros países, assim como para compartilhar o que tem sido realizado internamente.

**Cristiano Heckert, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:** considerou que se presencia importante momento da informação como ativo, tanto no mundo empresarial quanto na sociedade. A informação tem valor significativo e o governo é visto como grande detentor de dados. Ponderou que outra coisa que tem acelerado são as tecnologias que permitem o processamento do volume de dados. De fato, o governo aberto vai além de dados abertos, porém não se pode subestimar o fato do Brasil ser grande detentor de dados. Assim, ressaltou que não se pode menosprezar o potencial que a abertura de dados possui na sociedade.

**Andrea Ricciardi, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:** destacou a questão da isonomia no uso dos dados, haja vista que se número reduzido de pessoas utiliza o dado, isso acaba gerando distorção. Quanto mais atores conhecem os dados e podem os utilizar, o desempenho é outro.

**Patrícia Audi, Secretária de Transparência e Prevenção da Corrupção da CGU:** afirmou não ter mencionado uma iniciativa que corrobora para a discussão, que é a construção do Novo Portal da Transparência. O projeto visa simplificar o uso dos dados para o cidadão, adotar linguagem mais simples e de forma mais interativa. Informou que a intenção é lançar o Portal em agosto de 2016. Quanto ao mau uso dos dados, isso não pode impedir a expansão do processo, sempre respeitando o sigilo e garantindo a segurança. Destacou estar curiosa em conhecer as contribuições da sociedade civil, e que se necessita conhecer as boas práticas internacionais. Para ela, que o maior desafio, para além da participação, é estimular que a sociedade conheça cada vez mais a iniciativa, para que seja uma política de Estado. Uma política da sociedade, para a sociedade. Do governo para os governos. Por fim, considerou que é importante que essa experiência seja disseminada para os entes subnacionais.

**Cristiano Heckert, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:** citou exemplos e afirmou ser importante trabalhar na linha de que todas as discussões precisam ser públicas e abertas. É importante conscientizar o gestor público que ele deve ser sempre transparente.

**Cláudia Taya, Diretora de Prevenção da Corrupção da CGU:** declarou ser importante apresentar a OGP ao GE-Ciga, tanto o trabalho desenvolvido no Brasil como no âmbito internacional.

Em sequência, deu início a apresentação sobre a Parceria para o Governo Aberto. Falou sobre o conceito da OGP, esclareceu que a OGP iniciou com o Brasil sendo co-fundador, começando com apenas 8 países e alcançando atualmente o número de 66 membros. Por esta razão, fóruns como OCDE, BID, BM estão interessados. O Brasil é membro do Comitê Diretor e foi reeleito recentemente, além de presidir o Subcomitê de Critérios e Padrões. Para que o país se torne elegível, necessita atingir pontuação mínima em determinados critérios. Ressaltou que cada vez mais existem países interessados em aderir à OGP e a parte de cooperação técnica tem contado com a participação ativa do Brasil. Também destacou o papel dos países na OGP: aderir à declaração, submeter-se e apoiar o Mecanismo Internacional de Cooperação (IRM) e elaborar o Plano de Ação.

A Diretora destacou o papel do CIGA e sua criação a partir do Decreto de 15 de setembro de 2011, ressaltando que o GE-Ciga é coordenado pela CGU. Ademais, o Comitê possui grande desafio atual, uma vez que a sociedade civil deseja participar ativamente e ter poder decisório. Sobre o 1º Plano de Ação do Brasil, informou que teve 32 compromissos e 94% foram implementados, sendo muito criticado por não ter havido a participação da sociedade. Infelizmente, não se teve tempo necessário para elaborar o 1º Plano com diálogo apropriado com a sociedade.

Já o 2º Plano de Ação contou com participação social tanto por meio de um Grupo de Trabalho informal composto por 10 organizações da sociedade civil, quanto mediante diálogo virtual e presencial com a sociedade. Ademais, o Plano de Ação foi aprovado em duas etapas, tendo sido publicadas duas devolutivas. Nesse período, foram criados mecanismos de participação que não existiam, como o Participa.br. No momento, o 2º Plano possui

30 compromissos implementados, dos 52 propostos. Por fim, destacou que a construção do 3º Plano de Ação deve ser pensada e que é necessário o correto entendimento do que significa o termo governo aberto, para que as contribuições venham a colaborar com a melhoria do plano.

**Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da**

**CGU:** antes de falar do 3º Plano de Ação, ressaltou que muitas lições foram aprendidas no 2º Plano, visto que houve satisfatória participação social. De fato, o desejo era que houvesse a maior participação possível da sociedade. Falou que a percepção internacional é que o Brasil obteve um dos processos mais inclusivos e com diálogo bastante aberto (inclusive o IRM). Houve um processo de devolutiva, porém a sociedade manifestou frustração com o processo. Afirmou que com 80 atores participando, fica realmente difícil acatar todas as propostas. Para o 3º Plano, uma das dificuldades será promover uma melhoria nesse diálogo, além de focar no resultado. Por essa razão, seria interessante desenvolver um modelo que priorizasse a criação de câmaras temáticas. Assim, um dos desafios é trabalhar para alcançar um modelo de governança (formal ou informal) no qual sociedade esteja incluída no processo.

O Coordenador enfatizou que o diálogo existente precisa ser aperfeiçoado, assim como é importante mudar o perfil do 3º Plano de Ação para que se possa trabalhar com poucos compromissos, mas que sejam transversais e ambiciosos. Como exemplo de compromisso que atenda esses parâmetros, citou a disponibilização do Diário Oficial em formato aberto. Quanto à metodologia de elaboração do novo plano, há o desafio de formular compromissos em parceria com a sociedade e avançar em compromissos que promovam a abertura do governo e que não somente resolvam problemas ou melhorem procedimentos. Muitas vezes a sociedade se frustra, pois são escolhidos compromissos que já estão em andamento. Neste ano, seria relevante pensar na metodologia que será utilizada no primeiro semestre de 2016 para elaborar o 3º Plano.

Posteriormente, apresentou as características do GT da sociedade civil, que auxiliará o GE-Ciga na formulação e desenvolvimento do 3º Plano de Ação. A diferença é que esse seria um GT formal, pois a resolução que permite sua criação foi publicada. Destacou que o edital de seleção dos membros do GT já está pronto e foi formulado

conjuntamente com os órgãos do GE em reuniões anteriores. A ideia é que os integrantes do GT possam ajudar a criar um diálogo com sociedade de forma satisfatória. O GT contribuirá para desenvolver uma metodologia que propicie um processo sem frustrações. Considerou que o CIGA precisa ser reformulado, mas necessitaria de uma mudança profunda que envolve maiores discussões.

Na sequência, apresentou o histórico sobre as discussões já realizadas no GE-Ciga sobre o GT da sociedade civil, salientando que houve 8 a 10 reuniões para se estruturar esse modelo. Falou das finalidades do GT, que estariam voltadas à discussão da metodologia de trabalho. Reforçou que o GT não tem por objetivo substituir a participação social, mas facilitá-la e torna-la produtiva. Também apresentou as principais competências do Grupo de Trabalho, assim como sua composição (4 membros da sociedade civil, 2 membros entre trabalhadores e empregadores e 1 membro de instituições acadêmicas). Quanto às reuniões do GT, serão 2 reuniões ordinárias anuais com o grupo, existindo a possibilidade de reuniões extraordinárias. Já o processo seletivo será realizado por edital, mediante habilitação das entidades que tenham participação em projetos relacionados ao governo aberto. A votação será realizada pelo meio virtual, e haverá uma comissão organizadora formada por membros do GE-Ciga. Destacou que o pesquisador do IRM será convidado para acompanhar o processo. Por fim, divulgou o cronograma com datas prováveis até a data de publicação no Diário Oficial da União das entidades que irão compor o GT.

**Pedro Veiga, Ministério das Relações Exteriores:** perguntou se há estimativa de quantas entidades serão habilitadas.

**Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da CGU:** pontuou que houve grande participação no 2º Plano, porém ocorreu certo esvaziamento no momento posterior. Por essa razão, considerou difícil fazer previsão de quantas irão se candidatar. Existe a ideia de buscar outras organizações que sejam ativas na temática. Também levantou o questionamento acerca da votação, pois há dúvidas se o voto deveria ser secreto ou não, dado que há possibilidade de pedidos de acesso a informação requerendo o conteúdo dos votos. Ressaltou que a participação do GE precisa ser ativa e que, caso não possam participar, seria importante que designassem

suplente com conhecimento no assunto. Destacou que o edital será publicado nos próximos dias e que o procedimento será realizado pela CGU. Pontuou que seria importante ter ao menos mais um órgão diretamente envolvido no processo e que buscará realizar pelo menos uma reunião por mês para começar a discutir a metodologia do Plano de Ação do próximo ano.

**Andrea Ricciardi, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:** indagou se já se faria, em paralelo, discussão para construir propostas de metodologia para construção do plano.

**Cláudia Taya, Diretora de Prevenção da Corrupção da CGU:** respondeu afirmativamente, pois assim já se parte com uma ideia para ser amadurecida e modificada com o GT. Como exemplo de discussões, realizou as seguintes indagações: como vamos fazer uma construção conjunta de compromissos com a sociedade? Grandes discussões ou temas específicos? No último caso, como definiríamos temas? Ressaltou que o envolvimento dos representantes do GE-Ciga é fundamental para decidir tais questões.

**Cristiano Heckert, Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão:** perguntou se os Ministérios já podem divulgar que o edital será publicado em breve.

**Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da CGU:** respondeu que ainda haverá um trâmite interno para que o edital seja publicado, e que serão enviadas informações aos órgãos. Também destacou que serão informados sobre os eventos que estejam acontecendo, além de outras iniciativas interessantes.

**Pedro Veiga, Ministério das Relações Exteriores:** indagou se seria necessário que o GE-Ciga desenvolvesse uma proposta de plano de ação, não só de metodologia.

**Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da CGU:** respondeu que, durante a discussão da metodologia, pode-se decidir como será desenvolvido o processo.



**Roberta Solis, Assessora para Assuntos Internacionais da CGU:** destacou que, no 1º Plano, a adoção dessa estratégia não foi bem recebida pela sociedade civil.

**Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da CGU:** acrescentou que caso sejam feitas discussões temáticas, talvez se possa apresentar propostas para discussão., mas o melhor seria uma proposta conjunta.

**Roberta Solis, Assessora para Assuntos Internacionais da CGU:** informou sobre eventos da OGP e que no site da OGP estão abertas as inscrições para 3ª Conferência Global da OGP, que acontecerá em outubro no México.

**Otávio Castro Neves, Coordenador-Geral de Governo Aberto e Transparência da CGU:** informou que é o principal evento da OGP, e que todos os países irão participar, além de organizações da sociedade civil, organismos internacionais e avaliadores independentes.

**Roberta Solis, Assessora para Assuntos Internacionais da CGU:** afirmou que a Conferência da OGP terá enfoque em governos subnacionais. Como envolver Estados e Municípios nessas discussões? Como levar para a conferência essas experiências/propostas? Ressaltou há grande movimentação para que os próximos planos estejam ligados a esse processo.